

1º SIMULADO
**PARA DELEGADO
DA PCRN**



Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado Especial

1º Simulado PC-RN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado PCRN;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Delegado-PCRN-03-10-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

Texto I**Incidência da privação de sono no Brasil**

No Brasil, estudo realizado pelo Instituto Datafolha, em parceria com o Instituto do Sono, mostrou que 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente, sendo a faixa etária entre 35 e 44 anos a maior acometida (27%).

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) relata que 20% de todos os acidentes de trânsito estão associados à sonolência. A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada devido à sonolência e 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono.

Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho, estando o sono insuficiente como um dos fatores associados.

Consoante dados da Associação Brasileira de Sono, mais de 60% das pessoas relatam dormir menos de 7 horas por dia durante a semana e 25% dormem menos de 6 horas por dia. Além disso, aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono.

<https://www.einstein.br/especialidades/medicina-do-sono/doencas-sintomas/privacao-de-sono>

01. Assinale a opção que melhor representa o tema central do texto I.

- a) A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada
- b) 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente
- c) 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono
- d) aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono
- e) Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho

02. De acordo com o texto,

- a) A privação de sono é um fenômeno mundial que assola diferentes faixas etárias e profissões.
- b) Pesquisas recentes mostram que há uma epidemia de privação de sono entre os brasileiros.
- c) 61% das pessoas que ziguezaguearam na estrada não relataram acidentes graves.
- d) Os adolescentes são os que menos experimentam efeitos da privação de sono.
- e) A maior parte dos entrevistados em pesquisa do Detran-SP confessou já ter dirigido após dormir mal.

03. Depreende-se do texto que

- a) A qualidade do sono do brasileiro é uma preocupação das autoridades públicas.
- b) O brasileiro é capaz de ser eficiente no âmbito profissional a despeito da sonolência.
- c) Há diversos estudos, públicos ou privados, sobre a insuficiência de sono no Brasil.
- d) cerca de 18% das mulheres e 26% dos homens trabalham em turnos e com sono.
- e) A maior causa de acidentes de trânsito no Brasil é a sonolência frequente.

04. De acordo com sua organização e tipologia, o texto deve ser classificado como predominantemente

- a) descritivo
- b) dissertativo
- c) narrativo
- d) injuntivo
- e) preditivo

05. Considerando o contexto em que foi empregada, a palavra “acometida” (1º parágrafo) poderia ser substituída adequadamente por

- a) adoecida
- b) contaminada
- c) prejudicada
- d) representada
- e) comovida

06. Sem prejuízo à correção gramatical, poderia ser suprimida do texto a vírgula

- a) após “Datafolha” (1º parágrafo)
- b) após “Sono” (1º parágrafo)
- c) após “Brasil” (1º parágrafo)
- d) após “trabalho” (3º parágrafo)
- e) após “insuficiente” (1º parágrafo)

07. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto I, o termo “Consoante”, no trecho “Consoante dados da Associação Brasileira de Sono” (4º parágrafo), poderia ser substituído por

- a) como
- b) Assim.
- c) Enquanto.
- d) Conforme.
- e) Ainda que.

08. Sem prejuízo à correção gramatical ou às ideias originais do texto, a forma verbal “referem” (2º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) confessou
- b) alegam
- c) descrevem
- d) admitiu
- e) referem-se a

TEXTO II

A luz azul até que não seria um problema se a vida hoje em dia não estivesse intimamente ligada à tecnologia. As maiores fontes dessa luz nociva são encontradas nos celulares (smartphones), tablets, telas de computadores e TVs de tela plana, ou seja, exatamente o que a população tem usado cada dia mais.

Segundo estudos, a exposição prolongada pode causar degeneração macular, problemas sérios na retina e até mesmo levar à cegueira. “Essa luz tem uma fototoxicidade que deve ser considerada”, alerta Márcia Beatriz Tartarella, diretora da Sociedade de Oftalmologia Pediátrica da Latino América. “O efeito é cumulativo, ou seja, não vai acontecer nada no mês seguinte, e sim ao longo dos anos”.

O diretor responsável pelo Tranjan Centro Oftalmológico, Alfredo Tranjan, explica que há dois tipos de luz azul: o azul turquesa e o azul violeta. O turquesa é uma luz boa, que não faz mal aos olhos. “Essa luz é responsável por organizar o relógio biológico. Existem estudos que estão sendo feitos para colocar essa luz no painel de carros, para manter o motorista alerta”, conta.

O problema mesmo é luz azul violeta, que pode causar degenerações maculares e até mesmo a catarata, segundo a diretora da Sociedade de Oftalmologia Pediátrica da Latino América. Pessoas que ficam horas diante de aparelhos celulares, TVs, tablets e telas de computadores podem, com o passar dos anos, sofrerem consequências. “Se uma pessoa se expõe durante 7h por dia nessa luz, a partir dos 25 anos, com 40 ela pode ter um problema”, explica Tranjan, ressaltando que o dano é a longo prazo.

Fonte: Saúde - iG @ <https://saude.ig.com.br/minhasaude/2014-04-11/luz-azul-dos-celulares-e-tablets-pode-causar-degeneracao-na-retina.html>

09. A estratégia argumentativa predominante no texto é

- a) O uso de dados estatísticos
- b) A apresentação de relatos pessoais
- c) O discurso de autoridade
- d) A citação de dados históricos
- e) A analogia entre exemplos

10. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta

I – Sem prejuízo à correção gramatical, a locução “são encontradas” (1º parágrafo) poderia ser substituída por “encontram-se” ou “se encontram”.

II – O acento indicativo de crase em “à cegueira” (2º parágrafo) justifica-se pela fusão de artigo ligado à palavra “cegueira” a preposição exigida pela regência da forma “levar”.

III – O “que” encontrado em “explica que há dois tipos de luz azul” (3º parágrafo) não recebe a mesma classificação que em “Existem estudos que estão sendo feitos para colocar essa luz no painel de carros” (3º parágrafo).

Está(ão) correto(s)

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

11. Em sistema Linux uma das atividades principal do sistema de arquivos é, dentre outras, permitir que o sistema operacional compreenda e controle o acesso aos diversos tipos de dispositivos de armazenamento existentes para utilização dos arquivos.

São versões de sistemas de arquivos Linux:

- a) ReiserFS, XFS e NTFS;
- b) FAT32, EXT2 e NTFS;
- c) ReiserFS, XFS e JFS;
- d) FAT32, EXT3 e JFS;
- e) ReiserFS, EXT2 e NTFS.

12. Os equipamentos de memória possuem configurações e técnicas de armazenamento diferentes. Quando a alimentação do computador é desligada, a memória que perde todo seu conteúdo é classificada como:

- a) dinâmica.
- b) estática.
- c) não volátil.
- d) regravável.
- e) volátil.

13. Observe a imagem a seguir, elaborado no aplicativo de texto Writer.

1. →Primeiro←



2. →Segundo↵

3. →Terceiro←



4. →Quarto↵

Quantos cliques sequenciais são necessários para selecionar a palavra Primeiro, considerando a utilização do mouse sobre a palavra.

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Cinco

14. A figura a seguir fora extraída do LibreOffice Calc.

| | A | B | C |
|----|---|------|---|
| 4 | X | 1 | |
| 5 | Y | 2 | |
| 6 | Z | 3 | |
| 7 | | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | =Y*Z | |

De acordo com as informações e valores apresentados na imagem, a fórmula =Y*Z, digitada em B10, retornará como resultado o valor:

- a) 2.
- b) 3.
- c) 4.
- d) 5.
- e) 6.

15. No aplicativo navegador de internet Google Chrome é possível, após a sua utilização, limpar alguns dos dados de navegação que são armazenados no computador. Da lista a seguir, quais opções são oferecidas na limpeza de dados de navegação?

- I. Arquivos baixados pelo navegador;
 - II. Cookies;
 - III. Histórico de navegação;
 - IV. Imagens e arquivos armazenados no cache do navegador;
 - V. Páginas gravadas pelo comando “salvar como...”.
- a) I, II, IV, V;
 - b) I, III, V;
 - c) II, III, IV;
 - d) II, III, V;
 - e) III, IV, V.

ATUALIDADES

Leandro Signori

16. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um elemento em comum existente no processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e da guerra comercial entre Estados Unidos e China

- a) Neoliberalismo.
- b) Xenofobia.
- c) Protecionismo.
- d) Multilateralismo.
- e) Separatismo.

17. A Revolução Industrial propiciou uma melhoria na vida das pessoas, mas elevou as emissões dos gases do efeito estufa, à medida que os combustíveis fósseis, como o carvão, passaram a ser intensamente utilizados. Com base em seus conhecimentos sobre a mudança do clima, assinale a alternativa incorreta.

- a) Além do gás carbônico, vários outros gases do efeito estufa contribuem para as mudanças climáticas, como o metano, o óxido nitroso e os clorofluorcarbonetos (CFCs)
- b) Historicamente, os países industrializados que dependem dos combustíveis fósseis são os responsáveis pela maior concentração de gás carbônico e os maiores emissores deste gás na atmosfera.
- c) As emissões dos gases de efeito estufa por queima de combustíveis fósseis são a principal causa da mudança do clima.
- d) Considerando o histórico de emissões de gases do efeito estufa, a União Europeia é a principal emissora de CO₂ na atmosfera, em grande parte devido ao fato de ter sido a primeira região do mundo a se industrializar.
- e) O comércio internacional, as viagens e a maior dependência dos veículos motorizados fazem dos meios de transporte uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa.

18. “A segurança pública é um tema que, de forma praticamente diária, está em pauta na imprensa do Brasil. A sensação de insegurança, somada ao medo, está presente na vida de grande parte da sociedade civil brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos. Assim como o acesso à saúde, à educação e à moradia, a garantia de ir e vir com segurança é um direito fundamental previsto pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado assegurá-lo.”

Disponível em: <https://www.politize.com.br>. Acesso em 01/10/2020.

Sobre o tema da violência e da segurança pública no Brasil, são feitas as seguintes afirmações:

I - Um dos indicadores mais utilizados para compreender a violência são os homicídios, ou mortes violentas causados de forma intencional. Levando somente esse quesito em consideração, o Brasil é o dos países mais violento do mundo.

II - As estatísticas mostram que o perfil majoritário dos que cometem crimes de homicídios e dos que são vítimas de homicídios no país são bastante semelhantes.

III - O uso excessivo da força por parte da polícia é outro indicativo marcante da insegurança que assola o país. Comparativamente, as polícias do Rio de Janeiro matam em média mais do que toda a polícia norte-americana.

IV - Relatórios sobre a violência no Brasil divulgados nos últimos anos têm demonstrado uma interiorização dos homicídios, das grandes regiões metropolitanas e conglomerados urbanos para capitais menores e, destas, para cidades do interior.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) Todos estão corretos.

19. “A menina de 10 anos que engravidou após ser estuprada em São Mateus, no Espírito Santo, passou por um procedimento e interrompeu nesta segunda-feira (17) a gravidez em um hospital de referência em Pernambuco. Ela estava na unidade desde domingo (16), quando iniciou o processo. De acordo com a direção do hospital, a menina passa bem.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/yytw9hj5>. Acesso em 01/10/2020.

Sobre a questão do aborto no país e seus aspectos relacionados, assinale a alternativa correta:

- a) A lei brasileira penaliza o aborto, permitindo-o somente em caso de risco à vida da gestante.
- b) O Brasil é o único país situado na América do Sul que aceita aborto em casos de estupro.
- c) O crime de estupro está previsto na Constituição Federal, com pena de reclusão de 6 a 10 anos.
- d) O aborto de fetos anencéfalos é legal no país, sendo desnecessária decisão judicial para a sua realização.
- e) Para todos os casos de aborto permitidos pela lei, o limite de idade gestacional deve ser de três meses.

20. “O presidente da República, Jair Bolsonaro, decidiu recriar o Ministério das Comunicações, separando-o da pasta atual de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, desde o início do governo sob o comando do ministro-astronauta Marcos Pontes, militar da reserva. Para o novo ministério, o presidente anunciou a nomeação do deputado Fábio Faria (PSD-RN), do Centrão.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/ybh8pa9g>. Acesso em 01/10/2020.

Dentro do cenário político brasileiro, o termo “centrão” se refere:

- a) a grupos políticos que pregam a defesa filosófica e moral baseada na liberdade de escolha dos indivíduos e na liberdade de mercado, onde o Estado realiza poucas ou quase nenhuma intervenção nessas áreas.
- b) à aliança de partidos políticos que buscam conquistar a maioria do Congresso e estão sempre na oposição do governo.
- c) à posição de quem se encontra no centro do espectro ideológico, moderados, que defendem

posições políticas tanto da esquerda quanto da direita.

d) a grupo político que defende o Estado unitário, um Estado em que não há divisão territorial de poder político, em que o governo nacional assume exclusivamente a direção de todos os serviços públicos, centralizando o poder.

e) a conjunto de partidos políticos que não possuem uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo, buscando cargos e benefícios em troca de apoio parlamentar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

21. A respeito do regime jurídico aplicável às empresas estatais, assinale a alternativa correta.

- a) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica são dispensadas da obrigação de realizar licitação para contratar.
- b) Os empregados públicos das empresas públicas são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio.
- c) Os servidores das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- d) As empresas públicas submetem-se ao controle administrativo denominado supervisão ministerial ou secretarial.
- e) O Poder Judiciário pode exercer controle interno de atos, atividades e omissões de empresas públicas, por meio de ações judiciais.

22. Acerca das regras constitucionais que tratam dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, salvo, além de outros casos, na hipótese de servidores policiais.
- b) É vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- e) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

23. Considerando as regras relativas à polícia judiciária e à polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Enquanto a polícia judiciária é predominantemente repressiva, a polícia administrativa é eminentemente preventiva.
- b) Ambas as polícias podem ser exercidas pelos órgãos de segurança pública.
- c) A polícia administrativa pode incidir sobre bens, atividades, direitos e sobre o próprio indivíduo, com o intuito de proteger o interesse coletivo.
- d) A condenação de um acusado em um processo criminal reflete o exercício da polícia judiciária.
- e) Dado o atributo da autoexecutoriedade, todos os atos emanados do poder de polícia administrativa podem ser executados independente de intervenção judicial.

24. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por uma autoridade policial, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

25. Assinale a alternativa correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado,

- a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos praticados por notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- b) A culpa recíproca da vítima e a força maior são causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- c) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos legislativos, mesmo quando se tratar de lei declarada inconstitucional.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a responsabilização civil do Estado em caso de atos jurisdicionais.
- e) Ficará afastada a responsabilidade estatal, em caso de danos causados por seus agentes, se existente causa excludente de ilicitude penal.

26. Conforme exigência constitucional, as hipóteses de contratação sem a exigência de prévia licitação somente podem ser feitas de maneira excepcional, quando expressamente previstas em lei. Desse modo, nos termos da Lei 8.666/93, é hipótese de contratação direta

- a) no caso de calamidade pública, mediante licitação dispensada.
- b) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade, mediante licitação dispensável.
- c) a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, mediante licitação dispensável.
- d) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, mediante inexigibilidade de licitação.
- e) a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, mediante dispensa de licitação.

27. O controle da Administração pode ocorrer no âmbito administrativo, legislativo ou judicial. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em caso de ato administrativo praticado em desconformidade com súmula vinculante, a reclamação para anulação desse ato é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.
- b) É vedado que lei infraconstitucional crie uma modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente.
- c) A competência para o julgamento das contas do Presidente da República pertence ao Tribunal de Contas da União, mediante controle externo.
- d) Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo.
- e) As pessoas jurídicas que administrem recursos públicos colocados a sua disposição, independentemente de possuírem personalidade jurídica pública ou privada, têm a responsabilidade e o dever de prestar contas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

28. A respeito do Poder Executivo assinale a opção correta:

- a) O Presidente da república na vigência do seu mandato não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções, trata-se da chamada “imunidade penal relativa”. Tal prerrogativa é assegurada ao Presidente pela sua condição de Chefe de Governo.
- b) A prerrogativa em relação à prisão impede que o Presidente da República seja submetido a qualquer modalidade de prisão processual (flagrante, preventiva e provisória), o que significa que ele, nas infrações penais comuns funcionais ou não funcionais, só poderá ser preso após sentença condenatória, prolatada pelo STF.
- c) Após autorização proferida pela Câmara dos Deputados pelo quórum de 2/3, caberá ao Senado Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. Contudo, o Senado não é obrigada a instaurar o processo de impeachment, podendo realizar novo juízo de admissibilidade da denúncia, recebendo esta pelo quórum de maioria simples, ocasião em que o Presidente será afastado das suas atribuições.
- d) Compete exclusivamente a União a definição de crimes de responsabilidade.
- e) Compete privativamente ao Presidente da república a concessão de indulto, anistia e a comutação de penas.

29. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo assinale a opção correta:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, tal prerrogativa é extensível aos codenunciados que não estejam investidos em tais funções.
- b) É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- c) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- d) É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República e o Vice-presidente nos crimes de responsabilidade, cabendo ao senado também julgar os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza, desde que conexos com o do Presidente da República.

30. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 e da interpretação do STF sobre a repartição de competências entre os entes federativos:

- a) É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.
- b) Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será abrogada no que lhe for contrário.
- c) É competência concorrente da União e dos estados autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico, motivo pelo qual declarou o STF constitucional lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar de armas de fogo apreendidas.

- d) É competência dos estados explorar os serviços de transporte rodoviário interestadual.
- e) É constitucional lei estadual que disponha sobre bloqueador de sinal de celular em presídio, uma vez que é competência concorrente da União e dos Estados legislar sobre direito penitenciário.

31. Conforme disposições constitucionais a respeito da Segurança Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O poder constituinte originário, ao tratar da segurança pública, fez menção expressa à segurança viária, atividade exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas.
- b) A segurança pública, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, é responsabilidade de todos.
- c) os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Destarte, é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- d) De acordo com o STF o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- e) Cabe a polícia federal exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

32. A respeito do chamado “Sistema Constitucional das Crises”, assinale a alternativa correta:

- a) É requisito indispensável para a decretação de estado de defesa e de sítio a prévia solicitação de autorização feita pelo Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional, que somente será concedida se aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- b) O Presidente para decretar o Estado de Sítio e o Estado de Defesa deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, cujas manifestações vinculam a decisão do Presidente.
- c) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- d) É medida permitida tanto no Estado de Defesa quanto no Estado de Sítio, a possibilidade de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- e) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de quinze de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

33. A respeito do Poder Judiciário, considere:

I. Crime de homicídio realizado em reserva indígena, qualquer que seja o motivo do crime, será de competência da Justiça Federal

II. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

III. Compete ao STF julgar mandado de segurança quando a autoridade coatora for Ministro de Estado.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas;
- b) II e III estão corretas;

- c) Apenas a I está correta
- d) Apenas a II está correta
- e) Apenas a III está correta.

34. A respeito das disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre nacionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) As hipóteses de perda da nacionalidade constam em rol exemplificativo.
- b) Filho de brasileiro naturalizado não poderá ser brasileiro nato.
- c) A concessão da nacionalidade adquirida a estrangeiros, qualquer que seja a sua modalidade, será realizada através de ato discricionário do Chefe do Executivo, por se tratar de exercício da soberania nacional.
- d) A naturalização pode se dar de forma expressa ou tácita, entretanto, na atual ordem constitucional só se admite a naturalização expressa.
- e) Brasileiro naturalizado poderá ser extraditado por crime comum ou pelo comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, mas desde que esses crimes tenham sido cometidos antes da naturalização.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

35. Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o regime jurídico do Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) julgue as afirmações abaixo:

- () A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- () Tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.
- () Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU
- (..) As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88;

Estão corretos:

- a) V,V,V,F.
b) F,F,V,V.
c) V,F,F,V.
d) F,F,F,F.
e) V,V,V,V.

36. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção que reflete somente causas de suspensão do crédito tributário:

- a) O pagamento, a transação e a conversão de depósito em renda.
b) prescrição e a decadência.
c) A moratória e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
d) A decisão judicial passada em julgado e a transação.
e) A isenção e a anistia.

37. A respeito do processo judicial tributário assinale a opção correta:

- a) O mandado de segurança constitui ação adequada para declarar o direito à compensação tributária, e para convalidar compensação já realizada pelo contribuinte.
b) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.
c) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até o trânsito em julgado da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
d) Em ações de execução fiscal, a petição inicial pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
e) Não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

38. Acerca do sistema tributário nacional assinale a alternativa correta:

- a) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.
b) As hipóteses de responsabilidade tributária regulada pelo Código Tributário Nacional podem ser alteradas por lei ordinária.
c) É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivada a fiscalização ao contribuinte específico.
d) a interrupção da prescrição tributária operada contra um dos obrigados, não prejudica aos demais.
e) Não é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo da operação for inferior à presumida.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

39. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades constituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações constituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

40. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

41. Sobre o controle das finanças públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- d) O controle da legalidade poderá ser prévio, concomitante ou subsequente
- e) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

42. Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios orçamentários:

- a) A criação de créditos adicionais — suplementares ou especiais — está sujeita a previsão na lei orçamentária, em razão do princípio da unidade.
- b) A divisão do orçamento em três peças — LOA, LDO e lei do PPA — constitui exceção ao princípio da unidade orçamentária.
- c) Conforme o princípio da exclusividade de matéria orçamentária, somente pode constar do orçamento matéria pertinente às previsões de receitas e despesas, não se admitindo as chamadas caudas orçamentárias nem a previsão de operações de crédito por antecipação de receita.
- d) Os orçamentos e créditos adicionais somente poderão ser aprovados por lei formal, sendo vedada a edição de medida provisória que verse sobre matéria orçamentária.
- e) O orçamento deve atender a determinados princípios, entre os quais os da unidade, da universalidade, da anualidade, da proibição de estorno, da não afetação de receita e da exclusividade de matéria orçamentária.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

43. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;
- e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

44. Imagine a seguinte situação hipotética, abstraindo-se qualquer vedação que eventualmente possa existir para o exercício da atividade: Márcio é Delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Norte. Em razão do seu notório conhecimento em balística, é chamado para atuar como perito judicial em um processo que discute danos materiais ocasionados por disparo de arma de fogo. Finalizado o processo e já tendo apresentado os valores dos honorários periciais, Márcio poderá cobrar o valor de seu trabalho como perito em até:

- a) cinco anos, pois é dívida líquida;
- b) cinco anos, pois a decisão judicial que homologou os honorários é considerado documento público;
- c) dois anos;
- d) em três anos, pois será causa de ressarcimento civil;
- e) um ano.

45. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

46. Em relação ao instituto da servidão, é incorreto afirmar que:

- a) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;
- b) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante;
- c) as obras necessárias à conservação e ao uso da servidão devem ser feitas pelo dono do prédio dominante, se o contrário não dispuser expressamente o título;
- d) constituída para certo fim, a servidão pode, ainda, ser ampliada para abranger um outro, desde que parecido;

e) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.

47. Em relação ao Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação incorreta:

- a) em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda;
- b) a responsabilidade civil independe da criminal, sendo possível rediscutir a existência do fato no processo civil mesmo quando decidido em contrário no júízo criminal;
- c) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste;
- d) a responsabilidade pela evicção pode ser excluída pelas partes contratantes mediante cláusula expressa;
- e) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

48. Quanto à exclusão de ilicitude, é correto afirmar que:

- a) não é punível a título de dolo ou culpa, o excesso culposo decorrente de erro sobre os limites da causa de justificação.
- b) no excesso de legítima defesa involuntário, que deriva de erro de tipo escusável, o agente responde pelo fato criminoso.
- c) quando a conduta do agente atinge um bem jurídico de terceiro inocente ocorre o estado de necessidade defensivo.
- d) o Código Penal Brasileiro adotou a teoria unitária do estado de necessidade.
- e) a equipe policial que ingressa no interior de uma residência para prender quem se encontra em flagrante delito, age em estado de necessidade exculpante.

49. Quanto à imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

- a) Emoção e paixão eliminam a imputabilidade.
- b) Eduardo é usuário de cocaína e tem sua dependência atestada por meio de laudo, portanto Eduardo é considerado inimputável.
- c) Jackson, durante uma festa de aniversário, fez uso de grande quantidade de álcool e ao voltar para casa se envolveu em um acidente. Durante a perícia, foi atestado que o mesmo estava com sua capacidade de determinação reduzida, portanto a pena de Jackson pode ser reduzida de um a dois terços.
- d) o Código Penal brasileiro adotou o sistema denominado psicológico, o qual considera as condições psicológicas do agente no momento do fato, independentemente da existência de doença mental.
- e) Tatiana durante uma festa de aniversário teve, sem saber, três comprimidos de ecstasy colocados em seu copo de refrigerante, após sair do evento, dirigiu em alta velocidade e ao ultrapassar um sinal vermelho, atropelou um ciclista. Tatiana pode ser considerada inimputável se for comprovado, durante perícia médica, que a mesma era inteiramente incapaz de entender ou de determinar durante a ação.

50. A respeito de autoria e participação no âmbito penal, assinale a assertiva que condiz com os preceitos legais:

- a) na autoria colateral há pluralidade de agentes e liame subjetivo entre eles para a realização da conduta.
- b) o crime de falso testemunho é classificado como crime próprio e nele são aceitas tanto a coautoria quanto a autoria mediata.
- c) a participação, que pode ser moral ou material, é aceita até a consumação do crime.
- d) na teoria da acessoriedade limitada basta o fato principal ser típico para que o partícipe seja punido.
- e) O critério de imputação denominado domínio do fato é utilizado para atribuir responsabilidade ao autor intelectual que usa um inimputável como instrumento para a realização da conduta delituosa, porém, não é utilizável para definir o autor direto que pratica pessoalmente a conduta.

51. A Teoria da *ratio essendi*, é caracterizada pelo (a):

- a) Ingresso do agente nos atos executórios de um crime, quando este age de acordo com sua imaginação, em atividade imediata e diretamente associada à realização do tipo.
- b) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado; dolo e culpa são espécies de culpabilidade para esta teoria.
- c) probabilidade de penalidade da punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.
- d) estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que norteará iniciativas político-criminais pelo prisma da *ultima ratio*.
- e) composição entre dois elementos do conceito analítico de crime, a tipicidade e a antijuridicidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico e pela culpabilidade.

52. A responsabilidade penal objetiva:

- a) não encontra hipóteses concretas em nossa legislação penal.
- b) é definida como a sujeição de alguém à imposição de pena sem que tenha agido com dolo ou culpa ou sem que tenha ficado demonstrada sua culpabilidade, com fundamento nonexo de causalidade, porém, não há aplicação prática em casos concretos.
- c) em nossa legislação penal ocorre na rixa qualificada e na *actio libera in causa* na embriaguez.
- d) a única hipótese em nossa legislação penal é a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais.
- e) o Código Penal estabelece que apenas há crime quando estiver presente o dolo ou a culpa, logo, em hipótese alguma se pode adotar a responsabilidade penal objetiva.

53. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- a) O agente que empregar arma de fogo de uso permitido, não cometerá crime hediondo, vez que somente o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido está no rol taxativo da Lei nº 8.072/1990.
- b) De acordo com a lei penal, haverá roubo impróprio se a subtração do bem móvel é anterior ao emprego da grave ameaça ou violência para garantir a detenção da “res furtiva”.
- c) A pena é isenta de quem comete crimes contra o patrimônio, em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural. Tal isenção se aplica igualmente quando se trata de crime de roubo ou de extorsão, desde que da violência empregada não resulte lesão corporal grave ou morte.
- d) no tipo penal de roubo, a participação da vítima é indispensável à consumação do intento.
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.

54. Com fulcro no Código Penal Brasileiro, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), no crime de roubo:

- a) se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca, a pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- b) se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade,
- c) Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput do artigo referente ao tipo penal.
- d) Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- e) se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, A pena aumenta-se de 1/3 (um terço).

55. Robson, de 30 anos, em concurso com a amiga Mirian, de 25 anos, cometem apropriação indébita contra o pai de Robson, de 50 anos. Os três residem na mesma casa. É correto afirmar que Robson:

- a) e Mirian são isentos de pena.
- b) é isento de pena e Mirian apenas será processada mediante representação.
- c) e Mirian apenas serão processados mediante representação.
- d) é isento de pena, mas Mirian não.
- e) apenas será processado mediante representação e Mirian é isenta de pena.

56. Em relação ao crime de abandono material, conforme tipificado no artigo 244 do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) podem ser vítimas somente o filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho ou o ascendente maior de 60 (sessenta) anos.
- b) deixar de prover parcialmente a subsistência de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, não dolosamente, constitui o delito na modalidade tentada.
- c) a pena prevista para o delito é de 1 (um) a 4 (quatro) anos ou multa.
- d) quem, sendo solvente, frustra de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente concordada, fixada ou majorada, incorre no crime e tem a pena aumentada em 1/3.
- e) é crime omissivo próprio.

57. Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a paz pública:

- a) A incitação ao crime destina-se ao estímulo de uma quantidade indeterminada de pessoas à prática de crime determinado e futuro, sendo que a apologia ao crime e ao criminoso diz respeito ao delito passado, vez que se faz publicamente elogio ou exaltação a um fato criminoso ou autor de crime.
- b) A associação criminosa do artigo 288 do CP pune a associação de mais de três pessoas, as quais se unem, com hierarquia e estabilidade, ao cometimento de diversos delitos.

c) A constituição de milícia privada, crime do artigo 288-A do CP, é a mesma associação criminosa do artigo 288 do CP, distinguindo-se somente em relação ao quantitativo de integrantes.

d) Tanto a associação criminosa quanto a constituição de milícia privada ordenam o número de dois integrantes somente para a sua configuração.

e) A associação criminosa está prevista na Lei de nº 12.850/2013, a qual define o que é organização criminosa, sendo a associação uma espécie do gênero organização.

58. Jhony é servidor público e nas horas de folga auxilia seu irmão, Klebeson, em uma pequena gráfica, sem qualquer tipo de remuneração. Aproveitando-se dos materiais ali existentes, imprimiu dez passaportes de transporte público municipal, para utilizar nos deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa. Ao agir dessa forma, Jhony praticou o delito:

- a) de falsificação de papéis públicos.
- b) de falsificação de selo ou sinal público.
- c) de falsificação de documento público.
- d) equiparado ao de moeda falsa.
- e) de emissão de título ao portador sem permissão legal.

59. Sofia, fez declaração falsa de estado de pobreza para fins de obtenção dos benefícios da justiça gratuita em ação judicial. Diante disso, a conduta de Sofia é:

- a) atípica.
- b) crime de falsa identidade.
- c) crime de falsidade ideológica.
- d) crime de falsificação de documento público.
- e) crime de falsificação de documento particular.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

60. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- e) Apenas a pessoa direta ou indiretamente interessada na apuração da infração em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

61. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- b) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- c) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, indicando o dispositivo no qual incurso o investigado, e enviará autos ao juiz competente.
- d) No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.
- e) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a

devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

62. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- c) À autoridade policial é facultada a realização das diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público, dada a sua autonomia.
- d) Incumbirá à autoridade policial cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.
- e) Incumbirá à autoridade policial representar acerca da prisão preventiva.

63. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144, da CF figurarem como investigados em inquéritos policiais cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, o indiciado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.
- b) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- e) Nos crimes em que couber ação pública condicionada a representação, os autos do inquérito

serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

64. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Incumbirá à autoridade policial fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- c) O arquivamento de inquérito policial, pelo reconhecimento de excludente de ilicitude, não faz coisa julgada nem causa a preclusão.
- d) A reabertura de investigação criminal não pode decorrer de simples mudança de opinião ou reavaliação da situação.
- e) A suspeição de autoridade policial verificada em inquérito é motivo para a anulação do processo penal.

65. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao Ministério Público é vedado proceder a diligências investigatórias, por ausência de permissivo constitucional.
- b) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.
- c) O fato de as investigações do inquérito não se realizarem em contraditório não prejudica o exercício da ampla defesa.
- d) Carece de fundamento a pretensão do investigado de que lhe seja concedida a oportunidade de se manifestar previamente sobre requerimento formulado pelo *Parquet* à autoridade policial.
- e) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

66. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ordem constitucional vigente impõe ao *dominus litis* que a peça acusatória, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), indique, de forma clara e precisa, os fatos penalmente relevantes e suas respectivas circunstâncias, que possam ser atribuídos ao acusado.
- b) É apta a denúncia que, em respeito ao art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), descreve o fato imputado ao réu com todas as circunstâncias que possibilitem a individualização da conduta e o exercício da ampla defesa.
- c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a representação há que ser ofertada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial, na forma do §2º, do artigo 28, do CPP, com a redação dada pelo Pacote Anticrime.
- d) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.
- e) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei 11.340/06, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

67. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima igual ou inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante condições.
- b) O acordo de não persecução é vedado nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.
- c) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.
- d) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.
- e) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

68. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ofende o princípio da não autoincriminação denúncia baseada unicamente em depoimento feito por pessoa que – ouvida na condição de testemunha – tenha confessado a prática de crime quando não lhe tenha sido feita a advertência quanto ao direito de permanecer calada.
- b) O não oferecimento de queixa-crime contra todos os supostos autores ou partícipes de prática delituosa implica a renúncia tácita ao direito de querela.
- c) A absolvição de outros implicados em ações penais por fatos semelhantes, pela falta de provas, prejudica a propositura da ação penal, por força da aplicação do efeito extensivo da decisão.
- d) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares,

podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.

- e) O fato de as investigações do inquérito não se realizarem em contraditório não prejudica o exercício da ampla defesa.

69. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Havendo deslocamento de competência para o Supremo Tribunal Federal (STF), todos os atos processuais devem ser renovados, sob pena de usurpação da competência da Corte Suprema.
- b) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.
- c) Mesmo nos processos de competência originária do Supremo Tribunal Federal, a instrução processual penal deve iniciar-se com a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação, realizando-se o interrogatório ao final.
- d) A existência concreta de indícios de envolvimento de autoridade detentora de foro por prerrogativa de função nos diálogos interceptados impõe a remessa imediata ao Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) – sob pena de usurpar competência que não detém – decidir quanto à conveniência de desmembramento de procedimento de investigação ou persecução penal, quando houver pluralidade de investigados e um deles tiver prerrogativa de foro perante a Corte.

70. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ressalvada a ocorrência de situações excepcionais, a perda do mandato parlamentar, por qualquer razão, importa em declínio da competência do Supremo Tribunal Federal (STF).
- b) O crime de redução à condição análoga à de escravo [Código Penal (CP), art. 149] caracteriza-se como delito contra a organização do trabalho. Logo, atrai a competência da Justiça Federal para processá-lo e julgá-lo, nos termos do art. 109, VI, da Constituição Federal (CF).
- c) Em princípio, os crimes praticados contra sociedade de economia mista não se submetem à competência da Justiça Federal; entretanto, competir-lhe-á processar e julgar ação penal referente a crime cometido contra sociedade de economia mista, quando demonstrado o interesse jurídico da União.
- d) A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa não prevenirá a da ação penal.
- e) A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

71. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo entendimento firmado pelo STF, o Ministério Público não pode requisitar diretamente dados bancários, dependendo em qualquer situação, de autorização judicial.
- b) A prova obtida mediante interceptação telefônica, quando referente a infração penal diversa da investigada, deve ser considerada lícita se presentes os requisitos constitucionais e legais.
- c) Apreensões de documentos realizadas em automóvel, por constituir típica busca pessoal, prescinde de autorização judicial, quando presente fundada suspeita de que nele estão ocultados elementos de prova ou qualquer elemento de convicção à elucidação dos fatos investigados, a teor do § 2º do art. 240 e art. 244 do Código de Processo Penal (CPP).
- d) Expedição de mandado judicial de busca e apreensão sem indicação específica do endereço enseja imediata devolução de material apreendido,

em procedimento realizado no bojo de persecução penal.

- e) É legítimo o compartilhamento de provas colhidas em sede de investigação criminal com órgãos estatais responsáveis por procedimentos administrativos ou civis, mesmo que os elementos probatórios sejam resultantes de afastamento do sigilo financeiro e fiscal e de interceptação telefônica.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

72. Acerca da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) e as mudanças advindas do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), assinale a alternativa correta.

- a) o furto qualificado para ser considerado hediondo exige destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
- b) não é possível que o crime de furto qualificado cometido pelo emprego de explosivo que cause perigo comum seja considerado hediondo.
- c) o furto qualificado só pode ser considerado hediondo caso ocorra a subtração de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
- d) o furto qualificado quando for praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas pode ser considerado hediondo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

73. Sobre a conduta prevista no art. 35 da Lei de Drogas, analise as assertivas a seguir.

- I. É necessária a estabilidade do vínculo entre duas ou mais pessoas;
- II. Para a configuração do crime, é necessário que os associados sejam imputáveis;
- III. Exige três ou mais pessoas numa estrutura ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

74. Com relação à coleta do perfil genético e a Lei 12.037/09 (Identificação Criminal), julgue os itens abaixo:

1. A coleta do perfil genético ocorrerá apenas se for relevante para a investigação criminal e se houver autorização judicial.
2. A identificação criminal do indiciado poderá compor o teor dos atestados de antecedentes criminais, mesmo que seu processo ainda não tenha transitado em julgado.
3. Os dados relacionados à coleta do perfil genético deverão ser armazenados em banco de dados de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal.
4. A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá apenas no caso de absolvição do acusado.

Assinale a afirmativa correta:

- a) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- b) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- c) Somente os itens 1 e 3 estão corretos.
- d) Somente os itens 2 e 4 estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

75. Assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de porte ilegal de arma de fogo foi tratada exclusivamente no art. 16 da Lei 10.826/03;
- b) O art. 12 da Lei 10.826/03 abarca tanto o comportamento de posse quanto porte de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido;
- c) A pena do porte ilegal de arma de fogo uso restrito é a mesma do porte ilegal de arma de fogo de uso proibido;
- d) A posse de arma de fogo de uso permitido cujo sinal identificador esteja suprimido submete-se às mesmas penas da posse ilegal de arma de fogo de uso restrito;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores corretas.

76. Em relação ao tráfico privilegiado e os entendimentos jurisprudenciais das Cortes Superiores, julgue os itens abaixo.

1. Para que o acusado tenha o benefício da diminuição de pena concedido, basta que seja réu primário, tenha bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas.
2. O magistrado não poderá levar em consideração tão somente a quantidade de drogas apreendidas para decidir a concessão do benefício penal.
3. O tráfico privilegiado é crime equiparado a hediondo.

São verdadeiros SOMENTE os itens:

- a) 1 e 2
- b) 1, 2 e 3
- c) 1 e 3
- d) 2
- e) 2 e 3

77. Analise os itens a seguir acerca da lei 9.455/97 e assinale a alternativa que corresponde àqueles corretos.

- I- A tortura-prova pode se consubstanciar independente de elemento subjetivo especial;
- II- A tortura-castigo não se satisfaz sem que esteja configurado o intenso sofrimento físico ou mental;
- III- A tortura estabelecida no art. 1º, §1º, conhecida pela denominação tortura pela tortura, exige como meio de execução a violência ou a grave ameaça;
- IV- A tortura-castigo trata-se de crime próprio

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e III;
- b) Estão corretos apenas os itens II, III e IV;
- c) Estão corretos apenas os itens II e IV;
- d) Estão corretos apenas os itens II e III;
- e) Estão corretos apenas os itens I e IV;

78. Em relação às escusas absolutórias constantes no Código Penal e as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a assertiva correta.

- a) O indivíduo que praticar violência patrimonial contra a mulher não terá direito às escusas absolutórias.
- b) A legislação determina como tipologias de violência doméstica somente a física, a sexual, a moral e a patrimonial.
- c) Nos casos de violência patrimonial contra a mulher ocorrendo a incidência das imunidades absolutórias, as implicações da Lei Maria da Penha somente provocarão efeitos de matiz estritamente civil.
- d) Será considerada forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher a conduta que a faça participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação ou ameaça, chamada de violência moral.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

79. De acordo com a legislação penal especial e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 11.340/06 não incide quanto à violência praticada por pessoas do gênero feminino entre si quando estejam inseridas em relação íntima homoafetiva;
- b) Para incidência da Lei 11.340/06 é indispensável a coabitação entre agressor e vítima;
- c) É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado, semiaberto ou aberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros;
- d) O ECA apresenta disposição expressa acerca do prazo prescricional dos atos infracionais;
- e) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

80. Em relação à Lei Maria da Penha, julgue os itens abaixo.

- 1. Não se aplica a Lei 9.099/95.
 - 2. É admitida a imposição de pagamento de multa cumulado com uma sanção penal.
 - 3. Todos os crimes procedem mediante ação penal pública incondicionada.
 - 4. É cabível a suspensão condicional da pena.
- Assinale a assertiva correta.
- a) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.
 - b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
 - c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
 - d) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
 - e) Todos os itens são verdadeiros.

81. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correspondente à verdadeira:

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.
- b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.
- c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.
- d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.
- e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

82. Em relação ao processo de incorporação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH – Pacto de São José da Costa Rica) ao ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- a) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi adotada no âmbito da Organização das Nações Unidas em 1969, mas só entrou em vigor internacional em julho de 1978.
- b) A Convenção deverá ser cumprida integralmente e sem ressalvas, embora o Brasil tenha expressado interpretação específica quanto às visitas e inspeções *in loco*, as quais dependerão de anuência expressa do Estado.
- c) O Pacto de São José da Costa Rica foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros para que pudesse ingressar no ordenamento jurídico pátrio.
- d) Considerando que o Brasil foi um dos Estados signatários da Convenção, esta passou a vigorar internamente no mesmo ano de sua assinatura – 1969.
- e) A Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência às emendas constitucionais.

83. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê alguns deveres a serem observados pelos Estados-Partes. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Os Estados-Partes comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades reconhecidos na Convenção e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa, podendo estabelecer discriminações apenas em relação à origem nacional.
- b) Os Estados-Partes não estão obrigados a adotar medidas administrativas quando o exercício de direitos e liberdades previstos na Convenção não estiverem devidamente garantidos em sua ordem interna.
- c) A Convenção entende que pessoa é todo ser humano com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos de idade.

d) Se os direitos e liberdades previstos na Convenção Americana não estiverem garantidos por dispões legislativas ou de outra natureza, os Estados-Partes deverão adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para tornar efetivos tais direitos.

e) Para o Pacto de São José da Costa Rica, o conceito de pessoa abrange as pessoas físicas e jurídicas.

84. Em relação aos direitos civis previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Toda pessoa tem direito de que se respeite sua vida e tal direito será protegido, em geral, desde o momento do nascimento.
- b) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos veda completamente a privação à vida.
- c) Em nenhum caso a pena de morte poderá ser aplicada por delitos políticos ou por delitos comuns.
- d) Os Estados-Partes, em razão de sua soberania, poderão deliberar livremente sobre o reestabelecimento da pena de morte anteriormente abolida.
- e) Toda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua personalidade jurídica.

85. Em relação ao direito à integridade pessoal, prevista na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A proteção à integridade pessoal é ampla, abrangendo os aspectos físicos, psíquicos e morais.
- b) A Convenção Americana veda expressamente a submissão à tortura, penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes, salvo quando utilizados em pessoa privada de liberdade.
- c) A pena poderá passar da pessoa do delinquente quando comprovado que este não apresenta condições de cumpri-la integralmente.
- d) Os processados devem, em qualquer hipótese, ficar separados dos condenados, recebendo do Estado o mesmo tratamento dispensado a estes.
- e) As penas privativas da liberdade têm por finalidade essencial o caráter punitivo e preventivo.

86. O Pacto de São José da Costa Rica veda a submissão à escravidão ou à servidão, além de proibir o tráfico de escravos e de mulheres. Desse modo, pode-se afirmar:

- a) Não há qualquer óbice à execução de trabalhos forçados ou obrigatórios.
- b) Nos países em que, para determinados crimes, é prevista pena privativa de liberdade acompanhada de trabalhos forçados, a vedação apresentada pela Convenção Americana deve ser interpretada como proibição ao cumprimento da dita pena.
- c) Quando cabível, o trabalho forçado não deve afetar a dignidade, nem a capacidade física e intelectual do recluso.
- d) São espécies de trabalho forçado aqueles em que o serviço é imposto em razão de perigo ou calamidade que ameace a existência ou bem-estar da comunidade, assim como os trabalhos ou serviços que façam parte das obrigações cívicas normais.
- e) Os trabalhos ou serviços exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente são considerados como espécies de trabalhos forçados e, assim, igualmente vedados pelo Pacto de São José.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barreto

87. A respeito dos Órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) 2 Ministros do Supremo Tribunal Federal devem integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- b) 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça devem integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral integram os Tribunais Regionais Eleitorais, mas não integram o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) 1 Juiz do Tribunal Regional Federal deve integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
- e) 3 Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados devem integrar o Tribunal Regional Eleitoral.

88. Em relação ao alistamento eleitoral assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.
- b) O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.
- c) O alistamento eleitoral obrigatório é previsto na legislação, sendo que estão nesta categoria os maiores de 18 e menores de 70.
- d) O alistamento eleitoral facultativo é previsto na legislação, sendo que estão nesta categoria os maiores de 16 e menores de 18, os maiores de 70, os analfabetos e os militares conscritos.
- e) O alistamento eleitoral é proibido aos estrangeiros e a aos militares conscritos.

89. Acerca do registro de candidatura para as eleições proporcionais, e da aplicação da cota de gênero, é correto afirmar:

- a) A quantidade de candidaturas femininas registradas por um partido não impacta na quantidade de candidaturas masculinas registradas pelo partido, eis que as candidaturas não são vinculadas por sexo.
- b) Da quantidade de candidatos que podem ser registrados pelos partidos, os partidos devem registrar no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo.
- c) A candidatura feminina formalmente registrada na justiça eleitoral que, em verdade, não representa candidatura alguma, pois a “suposta candidata”, apesar de registrada, não disputa efetivamente o pleito eleitoral, configura fraude na cota de gênero.
- d) A fraude na cota de gênero somente pode ser discutida por meio de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, não podendo ser objeto de discussão por meio de Ação de Investigação Judiciária Eleitoral.
- e) A fraude na cota de gênero somente pode ser discutida por meio de Ação de Investigação Judiciária Eleitoral, não podendo ser objeto de discussão por meio de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

90. Em relação às convenções para escolha de candidatos assinale a alternativa correta:

- a) Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos só poderão usar prédios públicos se for realizado o pagamento antecipado do valor correspondente a utilização do prédio.
- b) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas na lei eleitoral, sendo vedado ao estatuto dos partidos políticos tratar desse tema.
- c) Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes.
- d) A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 12 de Junho a 05 de julho do ano em que se realizarem as eleições, devendo ser lavrada ata com assinatura do presidente do partido e todos os candidatos escolhidos.
- e) Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, ou de Vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiado.

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Paulo Bilynskyj

91. De acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, são atribuições do delegado de polícia, EXCETO:

- a) requisitar a realização de prova pericial, quando necessária, ou de quaisquer outros exames que julgar imprescindíveis à elucidação do fato.
- b) dar cumprimento a mandados de prisão expedidos pela Autoridade Judiciária.
- c) atender ao público, encaminhando providências e determinando o registro das ocorrências policiais.

d) dar cumprimento às formalidades processuais, na lavratura de autos, termos, mandados e demais atos próprios do seu ofício definidos em lei.

e) conceder e arbitrar fiança, nos termos da lei.

92. São requisitos para o ingresso nas carreiras que integram o Grupo Ocupacional da Polícia Civil, EXCETO:

- a) possuir Carteira Nacional de Habilitação.
- b) possuir temperamento adequado ao exercício da função policial, apurado em exame psicotécnico, a ser realizado com base em critérios técnico-científicos e objetivos.
- c) nacionalidade brasileira.
- d) gozar de boa saúde física e mental.
- e) ter completado 21 (vinte e um) anos de idade.

93. A posse ocorrerá no prazo de:

- a) 15 dias, prorrogável por igual período.
- b) 30 dias, prorrogável por igual período.
- c) 60 dias, improrrogável.
- d) 30 dias, improrrogável.
- e) 60 dias, prorrogável por igual período.

94. Dentre os instrumentos de trabalho apontados abaixo, qual não está expressamente previsto no art. 89 do Estatuto da Polícia Civil do Rio Grande do Norte:

- a) carteira policial.
- b) colete balístico.
- c) par de algemas.
- d) distintivo.
- e) arma de fogo.

95. É considerada transgressão disciplinar de natureza LEVE:

- a) usar indevidamente os bens da repartição sob sua guarda ou não.
- b) utilizar-se de veículo oficial para transporte pessoal.
- c) fornecer intencionalmente informação inexata, que altere ou desfigure a verdade.
- d) agir com deslealdade no exercício da função.
- e) usar de violência desnecessária no exercício da função policial.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

96. Em uma vítima de violência doméstica foram encontradas diversas manchas com tom violáceo, as quais, de acordo com o espectro equimótico de Legrand du Saulle, apontam que as lesões ocorreram há:

- a) 1 dia.
- b) 2 ou 3 dias.
- c) 4 ou 5 dias.
- d) 8 ou 9 dias.
- e) Mais de 10 dias.

97. Lesão circular de cor branca ou amarelada produzida na pele pela ação da eletricidade industrial chama-se:

- a) Sinal de Lichtenberg.
- b) Efeito Joule.
- c) Sinal de Montalti.
- d) Sinal de Jellinek.
- e) Sinal de Devergie.

98. O prazer sexual em ser infligido pelo sofrimento físico ou moral durante o ato sexual é chamado de:

- a) sadismo.
- b) masoquismo.
- c) necrofilia.
- d) coprofilia.
- e) dolismo.

99. Morte produzida por asfixia, em que o laço no pescoço é acionado pelo peso da própria vítima é chamada de:

- a) Esganadura.
- b) Enforcamento.
- c) Confinamento.
- d) Estrangulamento.
- e) Soterramento.

100. São considerados fenômenos transformativos conservadores, EXCETO:

- a) Calcificação.
- b) Saponificação.
- c) Mumificação.
- d) Congelação.
- e) Maceração.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Delegado-PCRN-03-10-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
